



TESOURO NACIONAL

RGF | *Estados* em foco | + *Distrito Federal*

Relatório de Gestão Fiscal (Foco Estados + Distrito Federal)

Subsecretária de Contabilidade Pública

Gildenora Batista Dantas Milhomem

Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação

Leonardo Silveira do Nascimento

Coordenador de Suporte às Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação

Bruno Ramos Mangualde

Gerente de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal

Cláudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa

Equipe Técnica

Cristina Quintão Vieira
Daniele Muniz de Oliveira Matos
Jeanne Vidal de Araújo
Jordão Mota Gonçalves
Maria José Pereira Yamamoto
Sérgio Amorim de Oliveira
Thiago de Castro Sousa

Arte

Assessoria de Comunicação Social
(ASCOM/ASSES/Tesouro Nacional)

Informações

Telefone: (061) 3412-1843
Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesouro.gov.br

Última alteração 5 de abril de 2018

3º quadrimestre de 2017

Secretaria do Tesouro Nacional
Ministério da Fazenda

Apresentação

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) consiste em uma publicação quadrimestral que apresenta os comparativos com os limites de que trata a LRF, para a despesa total com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contragarantias, operações de crédito e os valores da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar. O RGF é publicado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública. As informações apresentadas referem-se a dados extraídos dos demonstrativos dos estados e do Distrito Federal relativos ao 3º quadrimestre do exercício de 2017.

Considerações

1. O Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo da Disponibilidade Caixa e dos Restos a Pagar, integrantes do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, devem ser elaborados pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e do Poder Judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, cuja despesa total com pessoal é incluída no demonstrativo do Poder Executivo para verificação do cumprimento do limite.
2. Os demonstrativos de Dívida Consolidada, Concessão de Garantias e Contragarantias e Operações de Crédito são elaborados somente pelo Poder Executivo de cada ente, com as informações de todos os poderes.
3. A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidas as despesas de: indenização por demissão de servidores ou empregados; relativas a incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração; com pessoal do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União; e com inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados, conforme arts. 18 e 19 da LRF.
4. Os dados do RGF foram extraídos do sistema Siconfi/Tesouro Nacional em 15/03/2018, das 10h00 às 11h30. Até esta data, os Estados de Alagoas, Rio de Janeiro e Sergipe não haviam enviado as declarações completas por Poder, faltando o RGF do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público do Estado de Sergipe; do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, e do Judiciário do Estado de Alagoas.
5. Para efeitos de comparação, o Distrito Federal não possui Poder Judiciário e Ministério Público próprios.

Gráfico 1
Despesa Total com Pessoal em relação à RCL

Este gráfico apresenta a despesa total com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada. Essa despesa é calculada com base na despesa bruta com pessoal, conforme art. 18 da LRF, deduzidas as despesas não computadas previstas no §1o do art. 19, também da LRF. A RCL Ajustada representa a RCL do ente, deduzidas as transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme previsto no § 13 do art. 166 da Constituição Federal/1988. Conforme definido no art. 20 da LRF, os limites máximos para a despesa total com pessoal são de: 49% para o Executivo, 6% para o Judiciário, 3% para o Legislativo e 2% para o Ministério Público. Para os Estados BA, PA e GO os limites do executivo e do legislativo são 48,6% e 3,4% respectivamente. Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

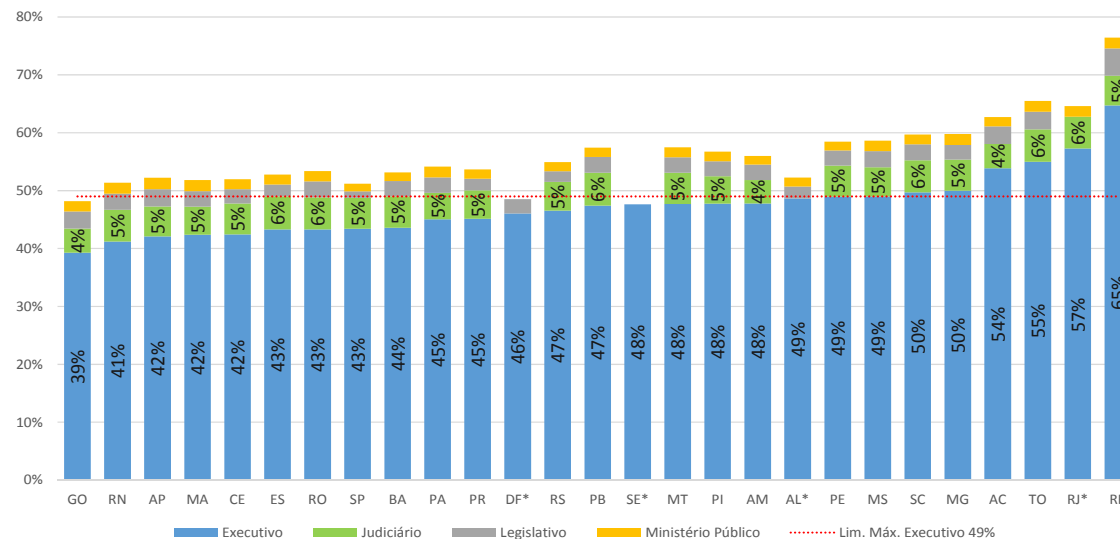


Tabela 1
Despesa Total com Pessoal em relação à RCL

Dados em: R\$ milhões

*Estados/DF que não possuem dos dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

UF	Executivo Lim. Máx. 49%		Judiciário Lim. Máx. 6%		Legislativo Lim. Máx. 3%		MP Lim. Máx. 2%	
	% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor
AC	54%	2.408,74	4%	188,25	3%	135,64	2%	72,12
AL*	49%	3.573,25	-	-	2%	153,40	2%	112,96
AM	48%	5.758,12	4%	489,96	3%	318,07	2%	183,35
AP	42%	1.833,15	5%	225,14	3%	130,32	2%	84,79
BA	44%	13.042,20	5%	1.632,60	3%	792,51	1%	437,17
CE	42%	7.539,77	5%	945,51	3%	446,43	2%	303,58
DF*	46%	9.545,44	-	-	2%	511,35	-	-
ES	43%	5.280,03	6%	696,00	2%	250,66	2%	209,79
GO	39%	8.265,26	4%	870,23	3%	623,26	2%	379,98
MA	42%	5.300,27	5%	606,25	3%	336,44	2%	240,23
MG	50%	27.584,29	5%	2.942,24	3%	1.416,65	2%	1.032,58
MS	49%	4.774,67	5%	494,66	3%	272,58	2%	171,99
MT	48%	6.385,48	5%	719,39	3%	361,03	2%	231,85
RJ*	57%	28.744,44	6%	2.772,10	-	-	2%	916,82
RN	41%	3.547,95	5%	497,07	3%	250,57	2%	174,34
RO	43%	2.815,87	6%	341,20	3%	172,56	2%	109,87
RR	65%	2.069,56	5%	163,87	5%	150,80	2%	59,50
RS	47%	16.311,02	5%	1.740,24	2%	655,57	2%	550,37
SC	50%	10.507,07	6%	1.164,48	3%	587,29	2%	351,60
SE*	48%	3.280,53	-	-	-	-	-	-
SP	43%	65.814,11	5%	8.050,01	1%	1.722,11	1%	1.975,78
TO	55%	3.958,08	6%	402,62	3%	219,95	2%	134,68
PA	45%	8.121,55	5%	816,93	3%	482,18	2%	336,77
PB	47%	4.328,60	6%	517,43	3%	252,70	2%	138,59
PE	49%	10.533,10	5%	1.154,80	3%	558,26	2%	329,49
PI	48%	3.818,73	5%	380,32	3%	208,02	2%	130,90
PR	45%	16.526,01	5%	1.801,39	2%	735,71	2%	584,17

Dados em vermelho: valores que excederam o limite máximo do Executivo.

Gráfico 2
Composição da Despesa Bruta com Pessoal

Não são consideradas despesas com pessoal as terceirizações que se destinem à execução indireta de atividades que sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade (atividades-meio).

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

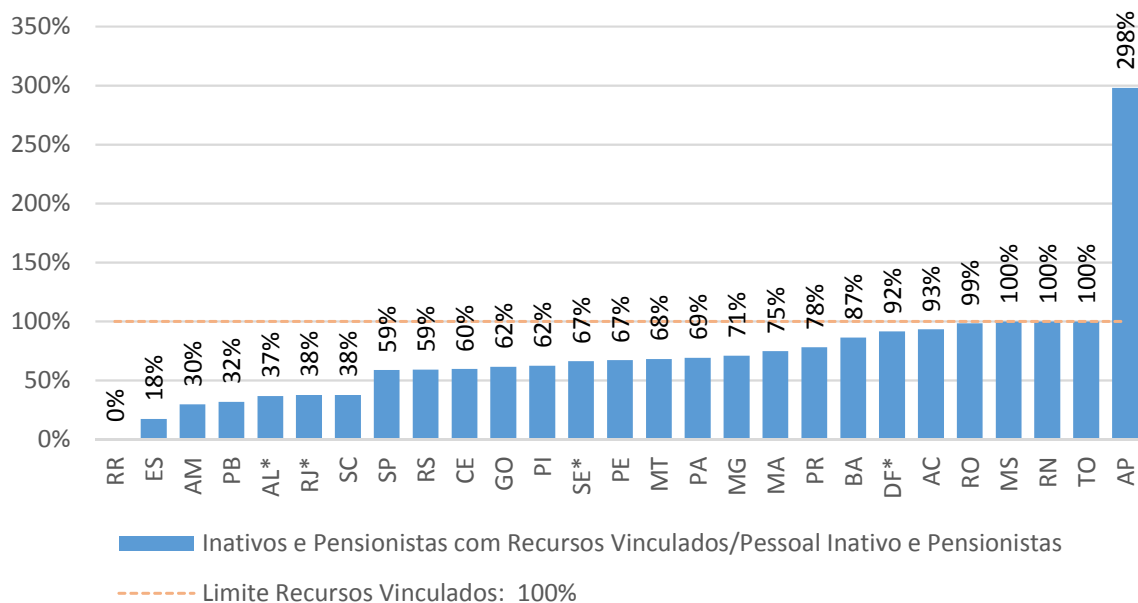
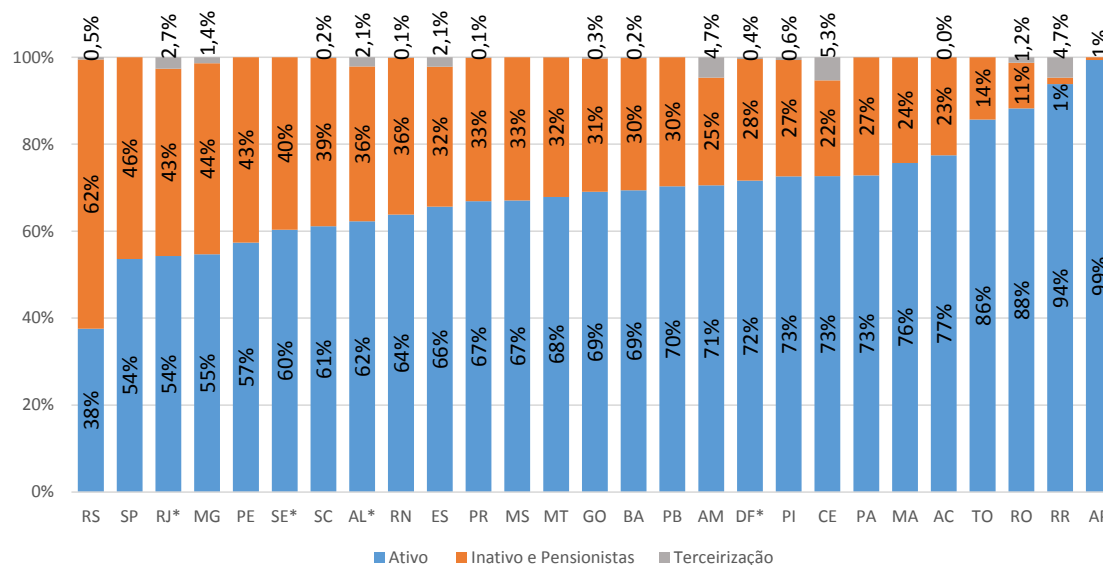


Gráfico 3
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados/Pessoal Inativo e Pensionistas

Este gráfico apresenta o percentual da despesa de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados em relação a despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas. Representa a parcela da despesa bruta com inativos e pensionistas deduzida conforme previsto no inciso VI, § 1º do art. 19 da LRF.

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 4
Despesas não computadas em relação à RCL

Apresenta, em relação à RCL Ajustada, os valores de despesa com pessoal não computadas para fins do cálculo do limite, com base disposto no §1º do art. 19, da LRF.

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

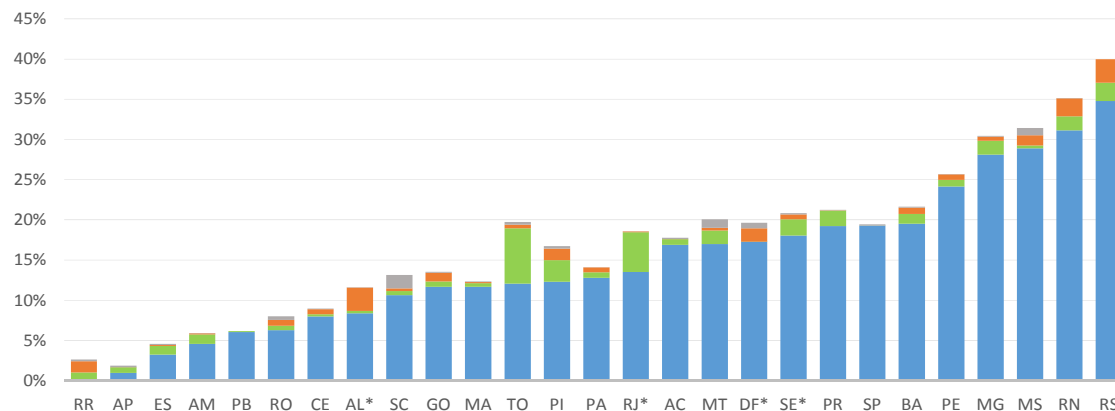


Tabela 2
Composição das despesas não computadas/RCL ajustada

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem dos dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

UF	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao Período Anterior ao da Apuração	Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
AC	17%	1%	0%	0%
AL*	8%	0%	3%	0%
AM	5%	1%	0%	0%
AP	1%	1%	0%	0%
BA	20%	1%	1%	0%
CE	8%	0%	1%	0%
DF*	17%	0%	2%	1%
ES	3%	1%	0%	0%
GO	12%	1%	1%	0%

UF	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao Período Anterior ao da Apuração	Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
MA	12%	0%	0%	0%
MG	28%	2%	1%	0%
MS	29%	0%	1%	1%
MT	17%	2%	0%	1%
PA	13%	1%	1%	0%
PB	6%	0%	0%	0%
PE	24%	1%	1%	0%
PI	12%	3%	1%	0%
PR	19%	2%	0%	0%

UF	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao Período Anterior ao da Apuração	Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
RJ*	14%	5%	0%	0%
RN	31%	2%	2%	0%
RO	6%	1%	1%	0%
RR	0%	1%	1%	0%
RS	35%	2%	3%	0%
SC	11%	1%	0%	2%
SE*	18%	2%	1%	0%
SP	19%	0%	0%	0%
TO	12%	7%	0%	0%

Gráfico 5
Dívida Consolidada Líquida - DCL

Apresenta a Dívida Consolidada Líquida, comparada com o ano anterior. O limite definido por Resolução do Senado Federal para os Estados é de 2 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL).

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

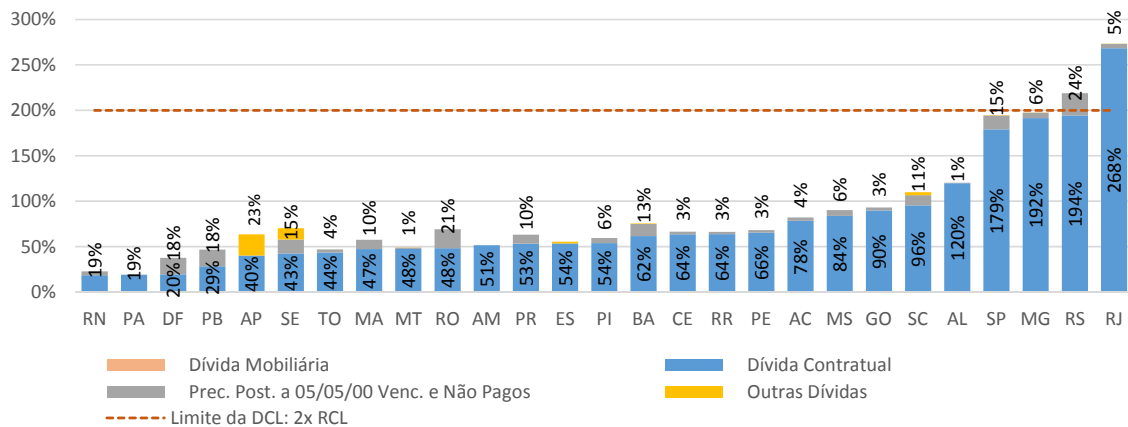
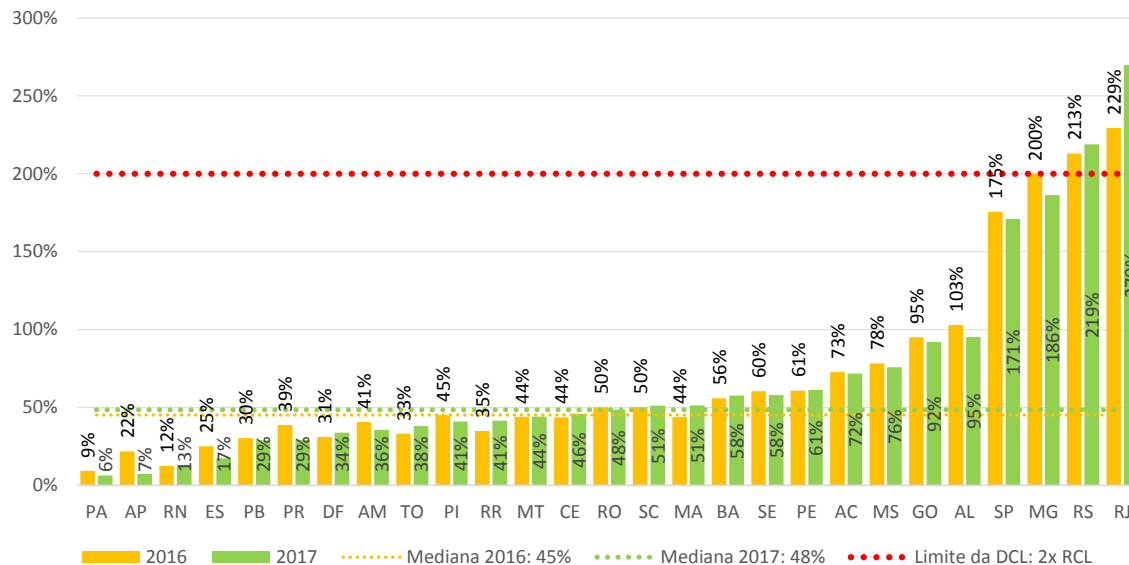


Gráfico 6
Composição da Dívida Consolidada Bruta

Apresenta a composição da Dívida Consolidada Bruta em relação à RCL. Devido à escala do gráfico, não foi possível apresentar alguns valores.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 7
Deduções da Dívida Consolidada Bruta

Apresenta o percentual de dedução da Dívida Consolidada Bruta para o cálculo da Dívida Consolidada Líquida. A Dívida Consolidada Líquida é apurada descontando-se da Dívida Consolidada Bruta a Disponibilidade de Caixa e os Demais Haveres Financeiros. A Disponibilidade de Caixa, por sua vez, é apurada descontando-se da Disponibilidade de Caixa Bruta os Restos a Pagar Processados.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

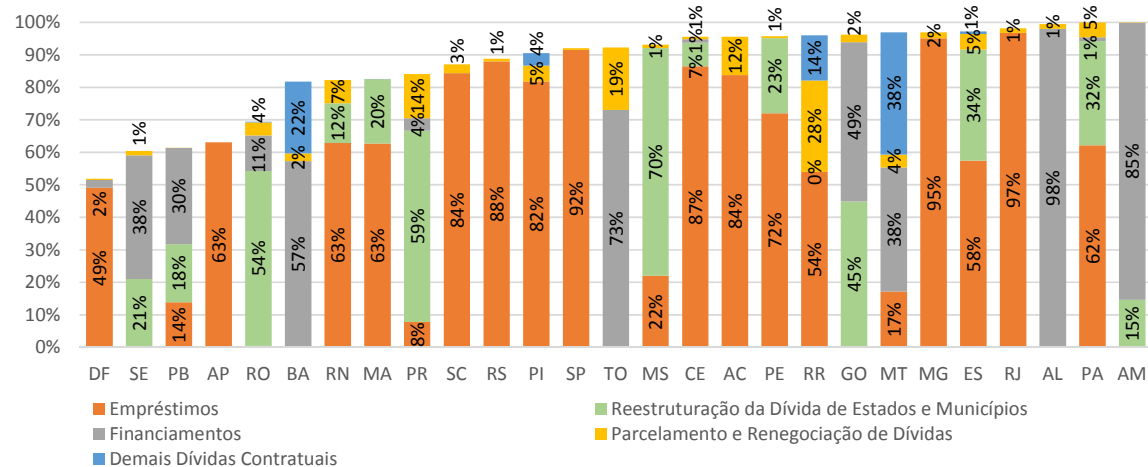
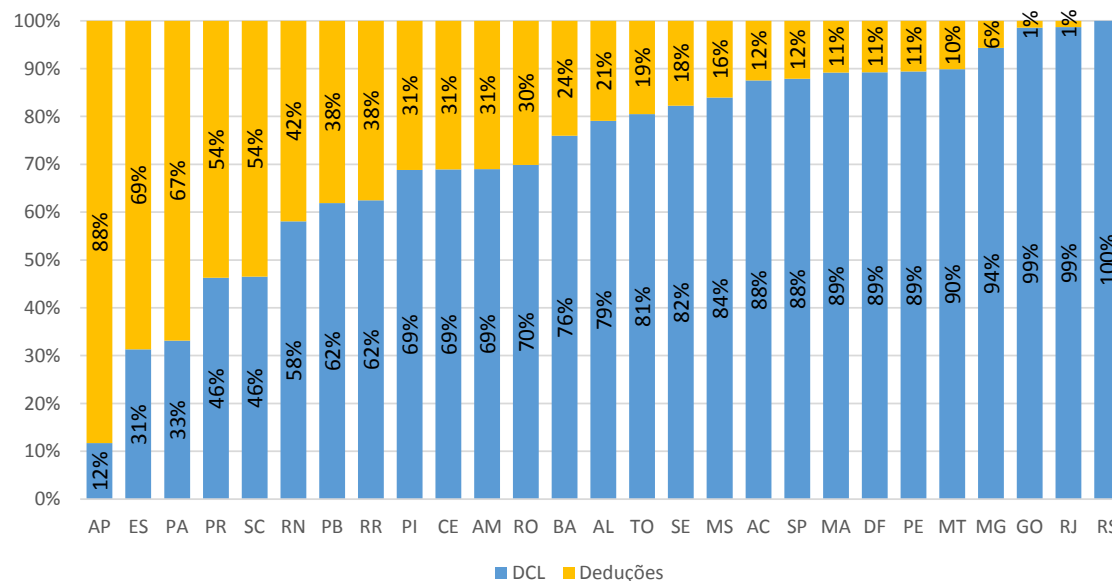


Gráfico 8
Composição da Dívida Contratual

Apresenta o percentual da Dívida Contratual sobre a Dívida Consolidada Bruta, e a sua composição.

Devido à escala do gráfico, não foi possível apresentar alguns valores.

Dados em: %

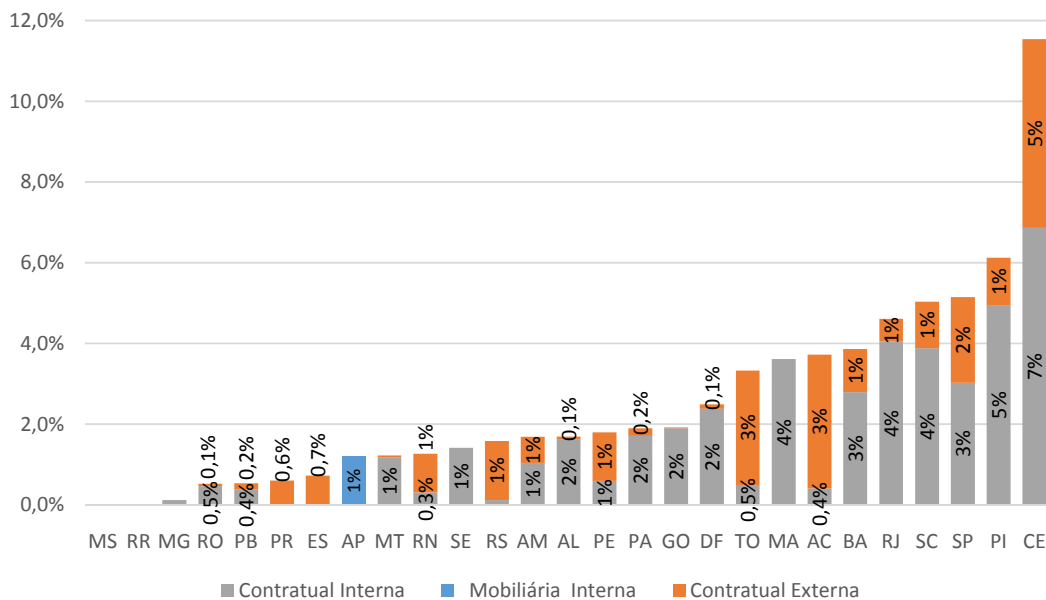
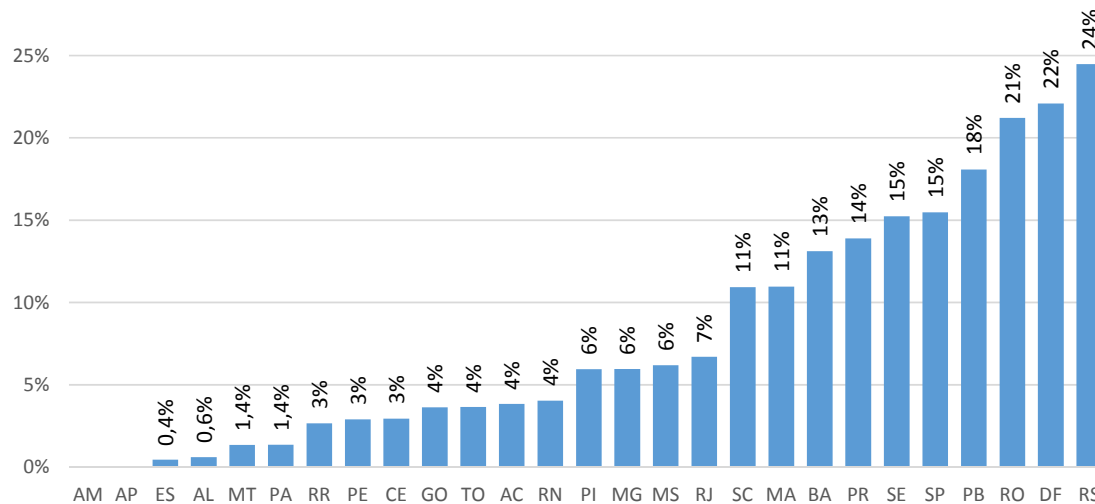
Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

**Gráfico 9
Precatórios**

Apresenta os valores totais dos precatórios, informados no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, sobre a RCL. Representa o total das linhas referentes aos precatórios anteriores a 05/05/2000, aos precatórios posteriores a 05/05/2000, não incluídos na Dívida Consolidada e aos precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive), vencidos e não pagos, incluídos da Dívida Consolidada.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.



**Gráfico 10
Operações de Crédito**

Apresenta os valores percentuais das operações de crédito sobre a RCL, e sua composição.

Devido à escala do gráfico, não foi possível apresentar alguns valores.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 11
Disponibilidade de Caixa Líquida após a inscrição em RPNP do exercício

Apresenta o total da Disponibilidade de Caixa Líquida (valor antes da inscrição em restos a pagar não processados-RPNP) menos o valor inscrito no exercício em restos a pagar não processados, separado por recursos vinculados e não vinculados, sobre a RCL.

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

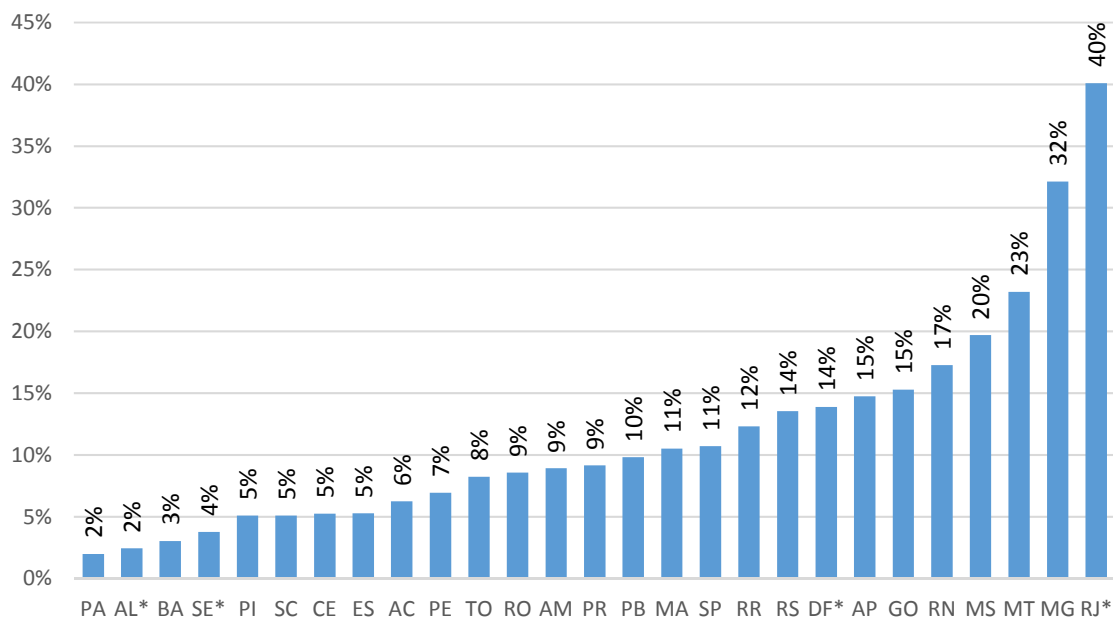
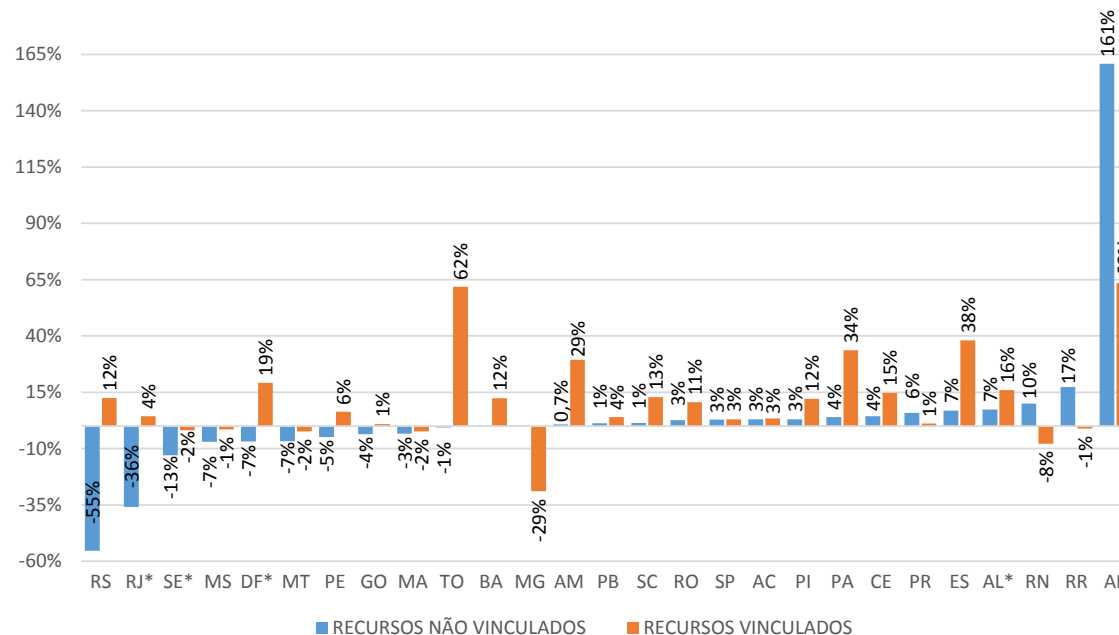


Gráfico 12
Restos a Pagar

Apresenta o total dos Restos a Pagar, incluídos os restos a pagar liquidados e não pagos de exercícios anteriores e do exercício, os restos a pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores, e os restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício, sobre a RCL.

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional